# LEI 10.639/03: O ENSINO DA CULTURA E HISTÓRIA AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL PARA A FORMAÇÃO DA LUTA ANTIRRACISTA

ALEXANDRE DE LUCCA

RESUMO
A promulgação da Lei 10.639/03 em 9 de janeiro de 2003 representou um marco importante na história da educação brasileira. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), essa legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e privadas do país. Uma das principais críticas ao sistema educacional antes da lei era a sua omissão em relação à história e contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. O currículo escolar negligenciava temas como a escravidão, a resistência negra, a cultura afro-brasileira e a herança africana, perpetuando uma narrativa eurocêntrica da história do Brasil. A falta de representatividade no currículo escolar também impactava a autoestima e identidade dos estudantes afrodescendentes, que não se viam refletidos e representados nos materiais didáticos e nas salas de aula. No decorrer deste artigo, será evidenciado que ao ensinar a cultura e história africana nas escolas, especialmente no ensino fundamental, os estudantes têm a oportunidade de compreender a diversidade étnico-cultural do país e reconhecer a contribuição dos africanos e afrodescendentes para a construção da nação brasileira. Isso promove a valorização da identidade afro-brasileira e a desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. O ensino da cultura e história africana é fundamental para combater o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Ao entender a história de exploração, escravidão e resistência dos povos africanos, os estudantes são capacitados a reconhecer e confrontar as desigualdades raciais e as injustiças históricas que ainda persistem. Ao aprender sobre os grandes impérios africanos, as contribuições para a ciência, arte e filosofia, bem como as lutas pela independência e pela igualdade, os estudantes são inspirados a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, promovendo a justiça social e a igualdade racial.

Palavras-Chave: Lei 10.639/03. Educação. Antirracismo.

ABSTRACT
The enactment of Law 10.639/03 on January 9, 2003, represented a significant milestone in the history of Brazilian education. By amending the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law 9.394/96), this legislation made it mandatory to teach Afro-Brazilian and African history and culture in all public and private schools in the country. One of the main criticisms of the educational system before the law was its omission regarding the history and contributions of African and Afro-descendant peoples to the formation of Brazilian society. The school curriculum neglected topics such as slavery, black resistance, Afro-Brazilian culture, and African heritage, perpetuating a Eurocentric narrative of Brazil's history. The lack of representation in the school curriculum also impacted the self-esteem and identity of Afro-descendant students, who did not see themselves reflected and represented in teaching materials and classrooms. Throughout this article, it will be evidenced that by teaching African culture and history in schools, especially in elementary education, students have the opportunity to understand the ethnic and cultural diversity of the country and recognize the contribution of Africans and Afro-descendants to the construction of the Brazilian nation. This promotes the valorization of Afro-Brazilian identity and the deconstruction of stereotypes and prejudices deeply rooted in society. Teaching African culture and history is essential to combat the structural racism that permeates Brazilian society. By understanding the history of exploitation, slavery, and resistance of African peoples, students are empowered to recognize and confront racial inequalities and historical injustices that still persist. By learning about the great African empires, contributions to science, art, and philosophy, as well as struggles for independence and equality, students are inspired to become agents of change in their communities, promoting social justice and racial equality.

Keywords: Law 10.639/03. Education. Antiracism.

## INTRODUÇÃO

Promulgada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de todo o território nacional. Antes disso, o currículo escolar brasileiro negligenciava significativamente a contribuição dos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, bem como a história e a cultura do continente africano em si.

Ao tornar obrigatório o ensino desses conteúdos, a lei busca promover o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, contribuindo para o combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial no país. Ela reconhece a importância de superar estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade brasileira, bem como de proporcionar uma educação mais inclusiva e representativa para todos os estudantes.

Antes da promulgação da Lei 10.639/03, o sistema educacional brasileiro enfrentava diversas deficiências e lacunas no que diz respeito ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Essas deficiências contribuíam para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e desigualdades raciais na sociedade brasileira, e refletiam as dinâmicas de poder e exclusão que caracterizavam o sistema educacional.

Uma das principais críticas ao sistema educacional antes da lei era a sua omissão em relação à história e contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. O currículo escolar negligenciava significativamente temas como a escravidão, a resistência negra, a cultura afro-brasileira e a herança africana, perpetuando uma narrativa eurocêntrica e excludente da história do Brasil.

Essa omissão contribuía para a perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação aos afrodescendentes, reforçando uma visão negativa e estigmatizada sobre a cultura e identidade afro-brasileira na sociedade. A falta de representatividade no currículo escolar também impactava a autoestima e identidade dos estudantes afrodescendentes, que não se viam refletidos e representados nos materiais didáticos e nas salas de aula.

No decorrer deste artigo, será evidenciado que ao ensinar a cultura e história africana nas escolas, especialmente no ensino fundamental, os estudantes têm a oportunidade de compreender a diversidade étnico-cultural do país e reconhecer a contribuição dos africanos e afrodescendentes para a construção da nação brasileira. Isso promove a valorização da identidade afro-brasileira e a desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade.

Além disso, o ensino da cultura e história africana é fundamental para combater o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Ao entender a história de exploração, escravidão e resistência dos povos africanos, os estudantes são capacitados a reconhecer e confrontar as desigualdades raciais e as injustiças históricas que ainda persistem. Ao aprender sobre os grandes impérios africanos, as contribuições para a ciência, arte e filosofia, bem como as lutas pela independência e pela igualdade, os estudantes são inspirados a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, promovendo a justiça social e a igualdade racial.

Portanto, o ensino da cultura e história africana promove uma educação mais inclusiva e representativa, onde todos os estudantes se veem refletidos e representados no currículo escolar. Isso fortalece a autoestima e identidade dos estudantes afrodescendentes, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso para todos.

Sendo assim, por meio de uma revisão bibliográfica com GOMES (2012, 2019 e 2020) NASCIMENTO (2021), KILOMBA (2019), entre outros, este artigo discutirá a importância que o ensino da cultura e história africana no ensino fundamental desempenha um papel importante na formação dos estudantes e na luta contra o racismo. Ele promove a valorização da diversidade, o reconhecimento das contribuições dos povos africanos, e capacita os estudantes a se tornarem agentes de mudança em uma sociedade mais justa e igualitária. Neste artigo, compreenderemos por meio de revisão bibliográfica a importância de Lei 10.639/03 para o combate ao racismo ao

levar para a sala de aula visões pluriétnicas da constituição da História Nacional.

A LEI 10.639/03 E A IMPORTÂNCIA DE UM OLHAR PLURIÉTNICO NA EDUCAÇÃO

Em 2023 comemorou-se os 20 anos da Lei 10.639/03. E, por meio de um balanço averiguou-se que muitas conquistas foram realizadas, mas ainda há muitas desconstruções por vir. A implementação da Lei 10.639/03 tem sido um processo gradual e desafiador, enfrentando resistências e dificuldades em muitos contextos educacionais. No entanto, ao longo dos anos, tem havido avanços significativos na inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, bem como na formação de professores para lidar com esses temas de forma adequada e sensível.

A implementação da Lei nº 10.639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem a somar às demandas dos Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, que se mantém atentos à luta pela superação do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico. Estes grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade. (GOMES, 2011, p.41)

Além disso, essa lei também estimula a promoção de atividades e projetos pedagógicos que valorizem a diversidade étnico-cultural e a construção de uma consciência crítica sobre as relações raciais no Brasil. Ela reconhece a importância de garantir a representatividade e a equidade no sistema educacional, proporcionando oportunidades para que todos os estudantes se vejam refletidos e representados na escola. Trata-se de uma legislação fundamental para a promoção da igualdade racial e o enfrentamento do racismo estrutural no Brasil. Ela representa um compromisso do Estado brasileiro em reconhecer e valorizar a diversidade étnico-cultural do país, bem como em garantir uma educação mais inclusiva, representativa e equitativa para todos os estudantes.

Entretanto, é importante enfatizar que se trata de um movimento recente com o objetivo de reparar problemas advindos de um sistema educacional não comprometido com a plurietnicidade do nosso território. Pois, a ausência do ensino da história e cultura afro-brasileira contribuía para a reprodução do racismo estrutural na sociedade brasileira. Ao não abordar as raízes históricas da desigualdade racial e as lutas por justiça e igualdade, o sistema educacional falhava em preparar os estudantes para compreender e enfrentar as injustiças raciais que ainda persistem. Outra crítica ao sistema educacional era a falta de formação adequada para os professores em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira. Muitos educadores não tinham acesso a materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados, nem recebiam capacitação específica para abordar esses temas de forma sensível e inclusiva em sala de aula.

Devido ao racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente. Os temas, paradigmas e metodologias utilizados para explicar tais realidades podem diferir dos temas, paradigmas e metodologias das/os dominantes. Essa "diferença", no entanto, é distorcida do que conta como conhecimento válido. Aqui, inevitavelmente tenho de perguntar, como eu, mulher negra, posso produzir conhecimento em uma arena que constrói, de modo sistemático, os discursos de intelectuais negras/os como menos válido. (KILOMBA, 2020, p.54)

Logo é razoável presumir que, o sistema educacional brasileiro antes da Lei 10.639/03 falhava em promover uma educação inclusiva, representativa e antirracista. A omissão do ensino da história e cultura afro-brasileira contribuía para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e desigualdades raciais na sociedade brasileira, destacando a necessidade e importância da implementação da legislação para promover uma educação mais justa, igualitária e inclusiva para todos.

A Lei 10.639/03 é uma legislação brasileira

que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio em todo o país. Essa lei representa um marco importante na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira. A importância do ensino da cultura e história africana no ensino fundamental para a formação e luta contra o racismo é inegável e abrange diversos aspectos fundamentais da educação e da sociedade como um todo.

Sendo assim, é essencial reconhecer que a história e cultura africanas desempenharam um papel fundamental na formação da sociedade brasileira e na construção da identidade nacional. Muitos dos elementos culturais, linguísticos, religiosos e gastronômicos presentes no Brasil têm suas raízes na África, devido ao legado deixado pelos povos africanos trazidos como escravos durante séculos.

## A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA EDUCAÇÃO REPRESENTATIVA

O critério racial constitui-se num desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara. Dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial. (NASCIMENTO apud RATTS, 2006: p. 104)

A luta dos movimentos negros pela promulgação da Lei 10.639/03 foi uma batalha árdua e persistente em busca do reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro. Essa legislação não surgiu por acaso, mas foi resultado de décadas de mobilização, resistência e pressão por parte dos ativistas e organizações do movimento negro no Brasil.

Desde o período pós-abolição da escravatura, os movimentos negros no Brasil têm lutado por igualdade de direitos, justiça social e reconhecimento da contribuição dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, GOMES (2020). A demanda por uma educação que contemplasse a história e cultura afro-brasileira sempre foi uma das principais bandeiras desses movimentos. Durante as décadas de 1970 e 1980, o movimento negro brasileiro ganhou força e visibilidade, organizando manifestações, protestos e campanhas pelo reconhecimento dos direitos da população negra. Uma das demandas centrais desse movimento era a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, como forma de combater o racismo e promover a valorização da identidade afro-brasileira. Essa luta culminou na elaboração e aprovação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o país. A promulgação dessa lei foi resultado de um processo de negociação e articulação política entre os movimentos negros, o governo e o Legislativo, e representou uma vitória significativa na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil. A Lei 10.639/03 não foi apenas uma conquista simbólica, mas teve um impacto real na educação brasileira, promovendo uma mudança significativa nos currículos escolares e na formação de professores. Ela contribuiu para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, promoveu o reconhecimento das contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a sociedade brasileira, e fortaleceu a identidade e autoestima dos estudantes afro-brasileiros.

No entanto, apesar dos avanços conquistados com a Lei 10.639/03, ainda há muito a ser feito para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista no Brasil. Os movimentos negros continuam a lutar por uma implementação efetiva da legislação, por uma formação adequada dos professores, e por políticas educacionais que promovam a equidade racial e o respeito à diversidade étnico-cultural do país, segundo GOMES (2020). Logo, a promulgação dessa lei foi resultado de décadas de mobilização e luta por parte dos movimentos negros no Brasil, que sempre defenderam a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar como forma de promover a igualdade racial e combater o racismo estrutural na sociedade brasileira. Ela

representa um avanço significativo na promoção da educação inclusiva e antirracista no Brasil, mas sua implementação efetiva ainda enfrenta desafios, como a formação adequada de professores, a produção de materiais didáticos e a articulação entre governo, escolas e comunidades para garantir que os conteúdos sejam ensinados de forma sensível e contextualizada.

## POR UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM A PERSPECTIVA PLURIÉTNICA

No século XXI, a importância de um olhar pluriétnico na educação é fundamental para promover uma sociedade mais inclusiva, equitativa e justa. Um olhar pluriétnico reconhece e valoriza a diversidade étnica, cultural e racial da sociedade, garantindo que todos os estudantes se sintam representados, respeitados e incluídos no ambiente educacional. Em primeiro lugar, um olhar pluriétnico na educação reconhece a diversidade étnica e cultural como um ativo, e não como um obstáculo. Ele valoriza as diferentes origens, experiências e perspectivas dos estudantes, enriquecendo o processo de aprendizagem e promovendo o respeito pela diversidade.

Se olharmos para a sociedade brasileira, encontraremos o protagonismo negro denunciando esse mesmo colonialismo e sua colonialidade. Ele está no clamor das negras e negros cujas vozes ecoaram contra a escravidão e no corpo dos que lutaram e ainda lutam pela nossa humanidade contra o racismo, as ditaduras, a pobreza, a violência racial e de gênero, a LGBTfobia, a violência religiosa, contra a hegemonia do padrão estético branco-europeu e o conhecimento eurocentrado. (GOMES, 2020, p. 225).

A autora traz à tona o papel fundamental desempenhado pela comunidade negra na sociedade brasileira, destacando seu protagonismo na denúncia do colonialismo e da colonialidade que persistem em permeá-la. Esta denúncia não se restringe apenas ao passado histórico de escravidão, mas também aborda as estruturas de poder e opressão que ainda persistem nos dias de hoje, permeando diversas esferas sociais. Ressaltando a importância da voz das pessoas negras, que têm ecoado através dos tempos em clamores contra a escravidão e em lutas contra as diversas formas de injustiça presentes na sociedade. Esta voz se faz presente não só nos discursos, mas também nos corpos daqueles que, historicamente e ainda hoje, resistem e combatem o racismo estrutural, as ditaduras, a pobreza, a violência racial e de gênero, a LGBTfobia, e a violência religiosa. Logo, evidencia a resistência cultural e estética da comunidade negra, que desafia a hegemonia do padrão estético branco-europeu. Esta resistência evidencia a importância da valorização da diversidade étnico-cultural e da quebra de paradigmas impostos por normas de beleza historicamente discriminatórias. Sendo assim, a necessidade de descolonização do conhecimento, questionando a hegemonia do conhecimento eurocentrado. Esta descolonização implica em valorizar os saberes produzidos pelas comunidades negras e afrodescendentes, reconhecendo a importância de suas perspectivas e contribuições para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, essa postura na educação contribui para combater o racismo e outras formas de discriminação. Ao reconhecer e valorizar as contribuições de diferentes grupos étnicos e culturais para a sociedade, a escola ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo uma cultura de respeito, tolerância e empatia. Também é essencial para promover a equidade e a justiça social. Ele reconhece que as desigualdades raciais e étnicas ainda persistem em muitos contextos educacionais e busca criar oportunidades iguais de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de sua origem étnica ou racial.

Portanto, um olhar pluriétnico na educação prepara os estudantes para viver em uma sociedade cada vez mais globalizada e interconectada. Ao aprender sobre diferentes culturas, tradições e perspectivas, os estudantes desenvolvem habilidades de comunicação, colaboração e resolução de problemas que são essenciais para o sucesso em um mundo diversificado. Por fim, contribui para a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e plural. Ao reconhecer e celebrar a diversidade étnica e cultural do país, a escola ajuda a construir uma narrativa mais completa e representativa da história e identidade bra-

sileira, promovendo o orgulho e a valorização de todas as suas culturas e tradições.
Sendo assim, um olhar pluriétnico na educação é essencial para promover uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Ele reconhece a importância da diversidade étnica e cultural como um ativo, combate ao racismo e outras formas de discriminação, promove a equidade e a justiça social, prepara os estudantes para viver em um mundo diversificado e contribui para a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e plural.

## A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O ensino de História pode possibilitar ao aluno "reconhecer a existência da história crítica e da história interiorizada" e "a viver conscientemente as especificidades de cada uma delas". O estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sob dimensão do "outro", de uma "outra sociedade", "outros valores e mitos", de diferentes momentos históricos. (BITTENCOURT, 2001, p.27)

Bittencourt ressalta a relevância do ensino de História como um meio não apenas de transmitir informações sobre o passado, mas também de desenvolver a capacidade dos alunos de compreender criticamente as narrativas históricas e refletir sobre sua própria identidade coletiva. Primeiramente, ao mencionar a "história crítica" e a "história interiorizada", Bittencourt destaca a importância de reconhecer a existência de diferentes abordagens para o estudo do passado. A "história crítica" refere-se à análise reflexiva das narrativas históricas, levando em consideração as perspectivas diversas e questionando visões tradicionais ou hegemônicas. Por outro lado, a "história interiorizada" remete às representações pessoais e subjetivas do passado, influenciadas pelas experiências individuais e pela cultura em que cada pessoa está imersa. Reconhecer ambas as dimensões da história permitem aos alunos uma compreensão mais profunda e abrangente do passado, capacitando-os a interpretar criticamente as narrativas históricas presentes na sociedade.

Além disso, o trecho destaca a importância de viver conscientemente as especificidades de cada abordagem histórica. Isso implica não apenas em compreender as diferentes interpretações do passado, mas também em reconhecer como essas interpretações influenciam a compreensão do presente e as perspectivas para o futuro. Os alunos são desafiados a refletir sobre como as narrativas históricas moldam sua visão de mundo e suas identidades individuais e coletivas, permitindo-lhes desenvolver uma consciência histórica mais crítica e reflexiva. Sendo assim, compreende-se que o papel do estudo de sociedades de outros tempos e lugares na constituição da identidade coletiva dos alunos. Ao serem expostos a diferentes culturas, valores, mitos e momentos históricos, os alunos são instigados a refletir sobre sua própria identidade e pertencimento dentro de uma sociedade mais ampla. Isso contribui para uma compreensão mais profunda das raízes e influências que moldaram sua cultura e identidade, permitindo-lhes situar-se de forma mais consciente e crítica no contexto histórico e social em que estão inseridos.
A educação antirracista é uma abordagem fundamental no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial na sociedade. Ela reconhece que o racismo é uma realidade enraizada em estruturas sociais, culturais e institucionais, e busca desconstruir essas estruturas através da conscientização, da reflexão crítica e da ação transformadora. Parte do reconhecimento da existência do racismo e suas manifestações em diferentes aspectos da vida social. Ela promove a conscientização sobre os preconceitos, estereótipos e discriminações raciais presentes na sociedade, e estimula a reflexão crítica sobre as origens e consequências dessas práticas.
Ela valoriza e promove a diversidade étnico-cultural, reconhecendo a importância de representar e incluir diferentes grupos étnicos e raciais nas narrativas históricas, culturais e acadêmicas. Segundo, GOMES (2020), busca resgatar e valorizar as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, bem como promover o respeito e a valorização das culturas e identidades negras. Outro aspecto importante da educação antirracista é o de-

senvolvimento de habilidades e competências para o enfrentamento do racismo e outras formas de discriminação. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades de comunicação, empatia, solidariedade e respeito mútuo, bem como o estímulo ao protagonismo e à liderança dos estudantes negros e racializados.
É importante a revisão e transformação das práticas pedagógicas e curriculares, de forma a promover uma educação mais inclusiva, representativa e equitativa. Isso inclui a incorporação de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis de ensino, bem como a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam o respeito à identidade e dignidade de todos os estudantes. Envolve o engajamento da comunidade escolar e da sociedade como um todo no combate ao racismo. Isso inclui a promoção de ações afirmativas, políticas públicas e programas educacionais que visem a redução das desigualdades raciais, bem como o estímulo à participação ativa e solidária de todos os membros da sociedade na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de racismo.
Afinal, o combate ao racismo é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. O racismo, seja ele explícito ou velado, perpetua desigualdades, injustiças e violações dos direitos humanos, afetando negativamente a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, de acordo com KILOMBA (2019). Portanto, é crucial entender e reconhecer a importância desse combate em nossa sociedade. Primeiramente, o combate ao racismo é essencial para garantir a dignidade e o respeito de todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica ou racial. O racismo desumaniza e inferioriza pessoas com base em características como cor da pele, origem étnica ou cultural, o que é inaceitável em uma sociedade que busca valores como igualdade e justiça para todos. Pois, o racismo tem sérias consequências sociais, econômicas e políticas. Ele contribui para a exclusão social, a marginalização econômica e a falta de oportunidades para as pessoas racializadas, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. O combate ao racismo é, portanto, fundamental para promover a inclusão social e a equidade de oportunidades para todos os membros da sociedade. Outra razão é importante é porque ele afeta diretamente a saúde mental e emocional das pessoas afetadas. A discriminação racial pode causar estresse, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental, afetando negativamente a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas racializadas. Portanto, é essencial criar um ambiente livre de racismo, onde todos se sintam seguros, respeitados e valorizados. O racismo também é uma questão de justiça e direitos humanos. Todos os indivíduos têm o direito de serem tratados com igualdade e dignidade, sem discriminação com base em sua raça, etnia ou origem. É, portanto, uma questão de garantir o cumprimento desses direitos fundamentais para todos os membros da sociedade.
Agindo nos seus locais, seja no “terreiro” místico, nas comunidades familiares, nas favelas, nos espaços recreativos (manifestando a música de origem africana, afro-americana ou afro-brasileira), os povos africanos da América provocam mudanças nas relações raciais e sociais.
Ocupando o espaço com o seu corpo físico (território existencial), eles apoderam-se da cidade, reproduzindo o modo dos antigos quilombolas, tornando-se, como aqueles, visíveis ao regime. Fazendo deste um espaço descontínuo no tempo, em que as “frinchas” provocam linhas de fuga e são elementos de dinamização que geram um meio social específico.
Assim se dava com os quilombos e seus similares ao longo da história da América. Assim se dá hoje com os grupos negros ou afro-americanos. (NASCIMENTO, 2021, p.251)

Nascimento aborda de maneira profunda e instigante a atuação dos povos africanos na América, destacando sua influência e impacto nas esferas culturais e sociais. Através de uma análise minuciosa, podemos compreender a complexidade dessas dinâmicas e como elas se manifestam nos mais diversos contextos.
Inicialmente, o texto ressalta a presença ativa dos povos africanos em diferentes espaços culturais e sociais, como os "terreiros" místicos, comunidades familiares, favelas e espaços recreativos onde as manifestações culturais de origem africana são celebradas, como

a música. Essa presença não se restringe apenas a uma participação simbólica, mas se manifesta através da ocupação física desses espaços, evidenciando uma reivindicação de território existencial por parte desses grupos. Além disso, destaca a forma como essa ocupação dos espaços se assemelha às práticas dos antigos quilombos. Assim como essas comunidades de resistência desafiavam o regime escravocrata e criavam espaços de liberdade e autonomia, os povos africanos na América atualmente reproduzem essas dinâmicas, tornando-se visíveis ao regime estabelecido e promovendo mudanças nas relações raciais e sociais. Um ponto importante abordado no texto é a ideia de "espaço descontínuo no tempo". Isso sugere que os espaços ocupados pelos povos africanos na América não seguem necessariamente as normas e ritmos impostos pela sociedade dominante. Pelo contrário, esses espaços se caracterizam por uma dinâmica própria, onde as "frinchas" ou brechas possibilitam novas formas de interação e organização social, gerando um meio social específico e dinâmico.

Desta forma, nos convida a refletir sobre a importância da presença e atuação dos povos africanos na América, não apenas como agentes culturais, mas também como agentes de transformação social. Suas práticas e resistências ao longo da história continuam a influenciar e moldar as relações raciais e sociais contemporâneas, evidenciando a relevância e a vitalidade dessas comunidades na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. Por fim, combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva de toda a sociedade. Todos nós temos o dever de nos opor ao racismo em todas as suas formas, seja através da educação, da conscientização, da advocacia ou da ação direta. Somente através de esforços coordenados e comprometidos podemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e livre de racismo, onde todos possam viver com dignidade, igualdade e respeito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 10.639/03 foi um princípio fundamental na busca por uma educação mais inclusiva, equitativa e antirracista. O ensino da cultura e história africana no ensino fundamental desempenha um papel crucial na formação dos estudantes e na luta contra o racismo em várias dimensões. Permite que os estudantes reconheçam a vasta e significativa contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira e mundial. Desde os tempos antigos até os dias atuais, a África tem sido berço de inúmeras realizações nas áreas da ciência, arte, filosofia, tecnologia e muito mais. Ao conhecer e valorizar essas contribuições, os estudantes aprendem a respeitar e apreciar a diversidade cultural e étnica.

O ensino da cultura e história africana ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. Muitas vezes, a história africana é reduzida a narrativas estereotipadas e negativas, o que contribui para a perpetuação do racismo e da discriminação. Ao fornecer uma compreensão mais ampla e contextualizada da África e de seus povos, o ensino pode desafiar essas representações distorcidas e promover uma visão mais precisa e respeitosa. O conhecimento da cultura e história africana pode fortalecer a autoestima e identidade dos estudantes afrodescendentes. Ao aprender sobre a rica herança cultural e as realizações dos povos africanos, os estudantes negros encontram modelos positivos e inspiradores que contribuem para sua autoconfiança e senso de pertencimento. Isso é essencial para combater os efeitos negativos do racismo e promover o orgulho étnico e cultural.

Portanto, desperta a conscientização sobre as injustiças históricas e presentes enfrentadas pelos povos africanos e afrodescendentes. Isso motiva os estudantes a se engajarem na luta contra o racismo e a discriminação em suas comunidades e na sociedade em geral. Ao entender as raízes e impactos do racismo, os estudantes são capacitados a se tornarem agentes de mudança e defensores da justiça social.

Desta forma, o ensino da cultura e história africana no ensino fundamental é essencial para a formação dos estudantes e para a luta contra o racismo. Ele promove o reconhecimento da diversidade e contribuição dos povos africanos, desconstrói estereótipos e preconceitos, fortalece a identidade e autoestima dos estudantes afrodescendentes, e motiva o engajamento na promoção da igualdade e justiça para todos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BITTENCOURT, Circe Fernandes. BITTENCOURT, Circe. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados. v. 32, n. 93, São Paulo.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1ªed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. In: Currículo sem Fronteiras, Vol. 12, n. 1, p. 99 -109, jan/abr 2012.

_____. Diversidade Étnico Racial: por um projeto educativo emancipatório. In: Relações Étnico- Raciais e Educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 39-60.

_____. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO--TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón. (org). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2 ed; 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos. Alex Ratts (org). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.